

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO DO PARANÁ: uma análise regionalizada da intermediação da mão-de-obra*

Jefferson Andronio Ramundo Staduto**

Sandra Luci Trevisol***

Paulo Roberto Joner****

RESUMO

O objetivo central deste artigo é examinar o desempenho do Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Estado do Paraná, tendo sido estudado o Estado como um todo e suas regiões no período de 1992 a 2001. Os resultados dessa análise geraram informações sobre a confiabilidade do Sine e a capacidade da economia de empregar o trabalhador disponível. As análises foram realizadas por meio de índices construídos com base nos dados disponíveis sobre o Sine e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O Estado foi dividido em dez regiões, depois novamente reagrupado em quatro regiões, possibilitando o exame mais pormenorizado dos índices. Avaliou-se que o desempenho e a confiabilidade no Sine do Paraná são relativamente bons, principalmente do ponto de vista dos demandantes por postos de trabalho. Os resultados indicam que há um certo problema de empregabilidade no Estado. No entanto, este problema é mais ténue na região do Estado associada ao agronegócio comparativamente com o que ocorre na Região Metropolitana de Curitiba.

Palavras-chave: sistema público de emprego; intermediação de trabalhador; Sine; Paraná.

ABSTRACT

The objective of this work is to examine the State of Paraná National Employment System (SINE) performance. The state of Paraná and its regions were analyzed in the period between 1992 and 2001. The analysis results generated information on the trustworthiness of the SINE and on the economy capacity to employ the available workers. The analysis indexes were built based on data made available by SINE and General Report on Employment and Unemployment (CAGED). The State of the Paraná was divided in ten regions, which were later regrouped in four regions, making it possible a more detailed examination of the indexes. We assessed that the State of Paraná SINE has a good performance and trustworthiness. The results point out that Paraná economy has problems to employ the available workers. However, this problem is less significant in the State agribusiness regions than it is in the Curitiba Metropolitan Region.

Key words: employment public system; employment agency; Sine; Paraná.

*A versão preliminar deste trabalho foi apresentada no I Seminário Itinerante de Economia Paranaense do IPARDES, realizado em Curitiba em 30 e 31/10/2003 e em Londrina em 27 e 28 de novembro de 2003.

**Engenheiro Agrônomo, mestre em Economia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa - MG, doutor em Economia Aplicada pela USP/Esalq. Professor adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Toledo) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Custos e Controladoria (Gepec). staduto@unioeste.br

***Economista pela Unioeste. sandrabelino@bol.com.br

****Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Unioeste, membro do Gepec. projoner@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em mar./2004. Aceito para publicação em jun./2004.

1 INTRODUÇÃO

As altas taxas de desemprego e a proliferação de oportunidades de trabalho precário, bem como a tendência de redução dos direitos trabalhistas, são fenômenos contemporâneos. O desemprego é um desafio para as economias nacionais, pela falta de oportunidade de se encontrar postos de trabalho, sobretudo de boa qualidade, fenômeno este associado à crescente exclusão social e à elevação dos níveis de pobreza.

Segundo Barros, Camargo e Mendonça (1997), o desemprego no Brasil é fator preponderante e revelador da pobreza e da desigualdade. No entanto, o maior problema não está na quantidade de mão-de-obra desempregada, mas na sua qualidade. Para Singer (1979), o desemprego deixa de significar mão-de-obra ociosa para se tornar sinônimo de pobreza e exclusão da economia empresarial moderna.

Conforme Pastore (1998), a crise do emprego transborda no Brasil e no mundo para uma crise de empregabilidade, pois falta qualificação profissional adequada no mercado de trabalho em ebulição. Este problema entre o desemprego e a desempregabilidade resulta em um enorme ônus para toda a sociedade brasileira. O Brasil apresenta um quadro gravíssimo: cresce pouco, educa mal e a legislação é inflexível.

Uma oferta satisfatória de empregos não é subproduto natural e automático do crescimento econômico (AZEREDO; RAMOS, 1996). Num panorama de evolução industrial constante, a economia requer a formação de "recursos humanos" ou de "capital humano" com qualidades pessoais subjetivas e objetivas, ou seja, profissionais polivalentes e flexíveis, o que demanda uma base técnico-científica sólida, senso crítico e responsabilidade.

A crescente preocupação com a importância da formação e qualificação advém da revolução tecnológica em curso, que traz grandes e rápidas mudanças, exigindo um trabalhador mais qualificado e polivalente, comparativamente com a demanda do paradigma taylorista-fordista. A não adaptação a essas mudanças acarreta custos sociais como o desemprego, o qual virá a comprometer um futuro crescimento (RAMOS; FREITAS, 1998).

A revolução tecnológica e a globalização da economia determinaram mudanças profundas na maneira de produzir, administrar e vender, o que se reflete também nas formas de contratar, descontratar e remunerar a mão-de-obra. Na grande maioria dos países do Terceiro Mundo (países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos) o fenômeno do desemprego torna-se crônico, sendo denominado desemprego estrutural, visto como parte do sistema e, também, gerado por este. No contexto global, o desemprego estrutural é decorrente do processo de reestruturação das economias, constituindo um dos principais problemas dos países industrializados (PASTORE, 1998).

Considerando a crescente globalização e a liberação entre os mercados, bem como a diversificação e a diferenciação entre os serviços prestados, o capital humano deve acompanhar com agilidade as grandes mudanças no setor produtivo da economia em tempo hábil. Dessa forma, poderiam ser amenizadas questões como o desemprego friccional, o elevado nível de mão-de-obra informal e a falta de estruturação e especialização perante tais transformações globais e tecnológicas.

Segundo Pereira (1994), a economia brasileira é um sistema econômico complexo e desequilibrado, aparentemente muito difícil de ser compreendido. Saliencia que esse desequilíbrio é resultado de um processo real de desenvolvimento, em que a acumulação

de capital e os processos técnicos estão continuamente transformando os sistemas econômico, social e político. Afirma ainda que, como toda sociedade subdesenvolvida, a sociedade brasileira é intrinsecamente dual e heterogênea, uma vez que o setor industrial moderno aparenta ser incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível e, utilizando-se da tecnologia sofisticada, não exerce a função primordial de todas as empresas: empregar.

Uma questão importante que aflora no âmbito do planejamento brasileiro de médio e longo prazos se refere às perspectivas do seu mercado de trabalho, pois a polarização regional vem sofrendo forte impacto da globalização. A formação atual deste mercado globalizado e sua dinâmica são resultados das transformações sociais, econômicas e políticas vivenciadas pelo País nas últimas décadas, como a urbanização acelerada, a exacerbação da concentração de renda, a modernização do processo produtivo, entre outras. Pastore (1998) argumenta que a coincidência entre os avanços tecnológicos e o aumento do desemprego não é o suficiente para que a tecnologia seja vista como a vilã na tendência de redução dos postos de trabalho. Além disso, no decorrer da história, o número de empregos cresceu quando a produtividade aumentou.

O desemprego e o subemprego são, em grande parte, conseqüência dos desequilíbrios entre oferta e demanda de força de trabalho, fato que serve de suporte teórico às políticas públicas que interagem com o Sistema Público de Emprego (SPE). Políticas públicas foram vistas como bons instrumentos para reduzir a taxa de desemprego no Brasil e nos países da Europa continental durante a década de 80. Por isso, acredita-se que elas possam ajudar a elevar, com rapidez e eficiência, a interação entre oferta e demanda. Para tanto, o Estado atuaria como gerador, produtor, organizador e regulamentador de tais relações sociais, ou seja, há várias formas de políticas públicas que podem ser direcionadas ao Sistema Público de Emprego.

Segundo Valle (1998), a intervenção do Estado no mercado de trabalho teve origem no modelo do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, no Pós-Guerra até meados dos anos 70. A proteção social exercida pelo Estado é socialmente assumida como função do poder público e representa a existência de um conjunto de garantias relativamente extensas, por meio de intervenção política e administrativa. Assim, é fácil verificar que o seguro-desemprego, em conjunto com a aposentadoria, são boas medidas para caracterizar o estado de bem-estar, considerando-se que o desemprego é apenas um desajuste temporário ou friccional.

Taylor-Gooby (1991) afirma que o impacto da intervenção do Estado, exercida por meio de fatores diretos ou indiretos e dos benefícios em dinheiro e espécie, não reverte a tendência a uma maior desigualdade. Por exemplo, o processo de privatizações aloca e redireciona as verbas estatais à classe mais elevada. Isto mostra que as ações no sentido de promover o Estado de Bem-Estar Social devem ter como público-alvo os segmentos mais desprivilegiados da sociedade.

A intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho, segundo Singer (1979), promove uma série de serviços que beneficiam os indivíduos, constituindo um autêntico subsídio de capital variável, que se reflete na configuração do mercado de trabalho, culminando, assim, no Estado de Bem-Estar.

As atividades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) configuram-se como políticas ativas do Sistema Público de Emprego, e as ações realizadas por essa instituição são direcionadas aos trabalhadores que pretendem ingressar ou reingressar no mercado de

trabalho, bem como ao empresariado que busca a mão-de-obra necessária. Dentre outras políticas ativas cabíveis destacam-se investimentos diretos, créditos seletivos à educação e à formação profissional, treinamentos e cursos.

Segundo Ramos e Freitas (1998), um fator determinante para o sucesso do SPE é o grau de confiabilidade que os agentes demonstram neste sistema, e sua eficácia será aumentada à medida que a origem do desemprego se assemelhe a fatores que justifiquem sua existência. Diante das questões do desemprego e da empregabilidade, o Estado vem tendo, na década de 90, um papel mais ativo no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, o presente estudo procura investigar, no âmbito do Sistema Público de Emprego, o Sistema Nacional de Emprego, que tem a finalidade central de funcionar como um instrumento de intermediação de mão-de-obra que se integra a uma série de programas para acelerar a realocação do trabalhador.

O objetivo geral deste trabalho é examinar o desempenho do Sine no Estado do Paraná, o qual passou por rápidas transformações no setor produtivo nas duas últimas décadas. Tais transformações levaram os setores de serviço e indústria a aumentarem sua participação no produto do Estado, em detrimento do setor agropecuário. Nesse contexto, o Estado organizou o Sistema Público de Emprego e, particularmente, o serviço de intermediação de mão-de-obra.

2 BREVE CENÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nas décadas de 70 e 80, a economia brasileira passou por diversas transformações, ocasionadas pelo enorme crescimento nos anos do "milagre econômico", a chamada marcha forçada do crescimento nacional, fase que perdurou do primeiro choque do petróleo, em 1973, até a etapa seguinte à da recessão, que resultou no segundo choque, em 1979.

Do pós-guerra até o final dos anos 70, o País vinha apresentando um crescimento anual médio de 7%, e no primeiro choque do petróleo houve um grande aumento dos preços deste combustível. Na economia brasileira intensificaram-se os investimentos governamentais no processo de substituição de importações e os incentivos governamentais ao desenvolvimento científico e tecnológico, o que levou ao aumento do endividamento externo (LACERDA, 1999).

O segundo choque do petróleo, em 1979, teve suas conseqüências nos períodos seguintes. Com a elevação do processo inflacionário na década de 80, foram adotadas políticas governamentais ortodoxas, tanto fiscais como monetárias, de restrição ao crédito e aos subsídios, na tentativa de deter o processo inflacionário, ocorrendo também inúmeras revisões de políticas salariais. O resultado de tudo isso foi uma forte queda do nível de poupança interna e elevação das taxas de juros. Como agravante dessa situação, o Brasil enfrenta grandes variações climáticas, tais como as cheias na Região Sul e secas prolongadas na Região Nordeste.

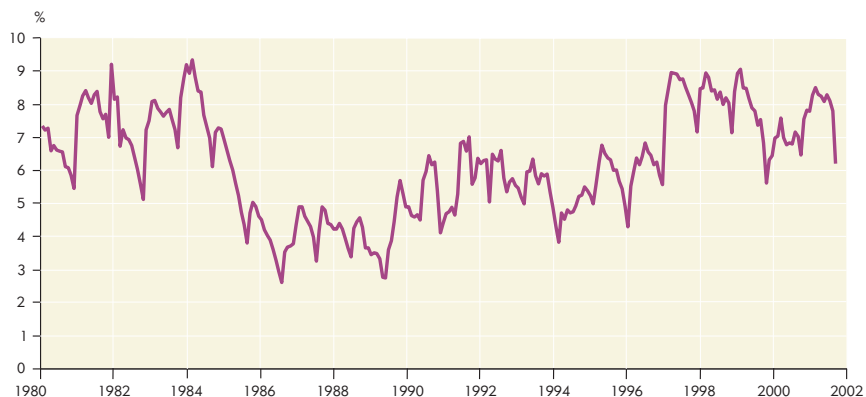
Ao longo dos anos 80 houve sucessivos planos de estabilização monetária para conter o crescente processo inflacionário, ao mesmo tempo em que se esgotava a substituição de importações no final dessa década. Entre 1980 e 1984 o crescimento é insustentável, devido ao grande endividamento governamental provocado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, e decresce a atividade econômica de modo geral.

No período de 1984 a 1987 o País opta pelo repúdio às políticas econômicas restritivas, retomando novamente o crescimento em torno de 4,5% ao ano. O governo federal adota políticas de ordem heterodoxa com desindexação da economia, congelamento de preços e baixas taxas de poupança interna e de investimentos, designados pelo Plano Cruzado, em 1986, Plano Bresser, em 1987, e Plano Verão, em 1989.

A partir dos anos 90, com a implantação do Plano Collor, a economia brasileira começa a operar em um novo ambiente competitivo, com a abertura para os mercados internacionais por meio da diminuição de alíquotas de importação e de barreiras não-tarifárias. Contudo, apesar da série de medidas adotadas para conter o processo inflacionário no início dessa década, ele continua a castigar a sociedade brasileira. Somente em 1994, com a implantação do Plano Real, ocorreu a estabilização dos preços, trazendo consigo a valorização do câmbio e o aumento do déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. O regime cambial muda, em 1999, criando particularmente superávit na balança comercial, mas isto não foi suficiente para alavancar um novo ciclo de expansão econômica.

Evidencia-se, a partir do gráfico 1, a seguir, que a partir da década de 90, marcadas pela abertura comercial e desregulamentação dos mercados de produtos e serviços, as taxas de desemprego aberto iniciam uma tendência de progressão. O sucesso da estabilização monetária que engendrou otimismo nos agentes não foi suficientemente forte para iniciar uma trajetória de expansão do produto, renda e emprego, pois alguns setores sofreram impactos negativos com a abertura comercial, tais como o têxtil e o calçadista. A partir de 1998, o desempenho da economia e a confiança dos agentes econômicos não foram tão intensos como no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, conduzindo a patamares mais altos de desemprego. A gestão da estabilidade monetária foi realizada por meio de altas taxas de juros, engessando os projetos de investimentos, enquanto a moeda valorizada gerou déficit na balança comercial. Os agentes econômicos esperavam as reformas estruturais pelo menos nos âmbitos fiscal e previdenciário, os quais poderiam garantir as condições para uma trajetória sustentável de crescimento.

GRÁFICO 1 - TAXAS MENSAIS DE DESEMPREGO ABERTO DESAZONALIZADO DO BRASIL - JUNHO 1980/SETEMBRO 2001



FONTES: IPEA (2003)

NOTA: Dados básicos: IBGE.

Na década de 90, por outro lado, foram colocadas em prática algumas políticas públicas na área da seguridade social e políticas ativas de emprego. Esta postura na direção do Estado de Bem-Estar Social foi decorrente, em grande parte, dos debates travados e materializados na promulgação da Constituição em 1988. Estas medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso vêm tendo continuidade e sendo complementadas pelo governo atual, de Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que este afirma ter como prioridades, em sua gestão, as políticas sociais e a geração de empregos. Tal continuidade nas políticas sociais permite maior agilidade e eficácia das medidas adotadas pelo governo visando ao bem-estar social, através da criação de novos espaços institucionais na estrutura do Estado.

3 DINÂMICA RECENTE DA ECONOMIA PARANAENSE

Segundo Raggio (1994), a economia do Estado do Paraná apresentou índices de crescimento superiores à média nacional na década de 80, sendo esta evolução resultante da integração da produção agrícola à produção industrial, enfatizando a agroindústria. Nos últimos anos o Paraná vem experimentando uma série de transformações e mudanças no setor produtivo, com maior presença dos setores de bens de consumo duráveis e de capital, e na modernização dos complexos agroalimentares, em certa medida influenciados pela formação do Mercosul. Verifica-se, também, um intenso processo de fusões, aquisições e privatizações de serviços de infra-estrutura, fluxos migratórios acentuados, revigoramento do mercado de trabalho, expansão da informalidade e mudança das configurações regionais.

O panorama industrial paranaense sofre profundas alterações na década de 70, deixando de lado a agricultura e atividades tradicionais, como o café e a madeira, em favor de outras, a exemplo do soja, da química e da metal-mecânica (VASCONCELOS; CASTRO, 1999). A partir da década de 70, e principalmente nos anos 80, os aumentos da produtividade da agricultura foram garantidos por maiores rendimentos da terra e maior produtividade da mão-de-obra. O Estado do Paraná foi fortemente beneficiado pelas políticas setoriais de modernização da agropecuária. Desta forma, criaram-se condições de gerar uma dinâmica própria de desenvolvimento econômico, as quais estenderam-se para os setores que tinham uma participação mais restrita na economia do Estado, como o urbano-industrial.

Na década de 90, especialmente a partir de 1993, a economia paranaense ingressou numa trajetória de crescimento que ainda é sustentada em 1996. De fato, a partir da implantação do Plano Real elevaram-se os patamares monetários envolvidos nas decisões de investimento no Estado. A exemplo de vários estados brasileiros, o Paraná também se beneficiou fortemente das políticas de incentivos fiscais. Com efeito, tais incentivos acabaram atraindo várias novas empresas, principalmente nos setores metal-mecânico e químico, além de estimular a ampliação das unidades de produção já instaladas, acelerando ainda mais a mudança de perfil econômico do Estado.

A agropecuária paranaense participava com cerca de 24% do total do valor agregado (VA), em 1985, reduzindo-se para 14% em 2000. Em contrapartida, o setor industrial ampliou sua participação de 35%, em 1985, para 41% em 2000. Enquanto isso, o setor de serviços manteve sua posição de liderança, com a participação variando entre 40% e 45% do VA nesse mesmo período (IPARDES, 2003).

Segundo IPARDES (2003), em 2000 a população residente no Paraná era de 9.558 mil, sendo 81,5% urbana e apenas 18,5% rural, números que confirmam a predominância urbana e o baixo contingente rural. Este crescimento urbano ocorre em função do movimento migratório no sentido rural-urbano, o qual acompanha e reforça a precarização das ocupações nas cidades.

Raggio (1994) afirma que, mesmo com a expansão da indústria paranaense nos anos 80 e 90, a oferta de trabalhadores superou as necessidades do mercado formal. Os baixos níveis de escolaridade e salário, o descompasso entre o crescimento urbano acelerado e a velocidade do crescimento do emprego formal geraram a exclusão de um número significativo de pessoas em busca de emprego, mesmo no setor informal. Neste cenário surgiram os problemas do mercado de trabalho paranaense. Mesmo com o crescimento positivo do emprego, o Estado do Paraná não reduziu os níveis de subemprego e de pobreza, pois não foi capaz de gerar salários mais elevados e de incorporar ao mercado de trabalho os jovens e adolescentes que procuram complementar a renda familiar. Conclui-se, a partir disso, que no início dos anos 90 as mudanças de rumo da economia marcaram a qualificação dos postos de trabalho, levando parte da força de trabalho a substituir o emprego formal por ocupações informais.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Ramos e Freitas (1998) fizeram algumas relações combinando as variáveis do Sine e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, para dimensionar a eficiência e eficácia do Sine. Considerando estas relações, construíram índices de grau de atratividade do Sine para o trabalhador (inscritos no Sine/trabalhadores desligados segundo o Caged); grau de atratividade do Sine para a empresa (vagas ofertadas via Sine/admissões segundo o Caged); participação do Sine nas admissões (colocados via Sine/total de admitidos segundo o Caged); grau de aderência do Sine (colocados via Sine/admitidos segundo o Caged); e relação colocados via Sine/postos de atendimentos do Sine. Entretanto, os autores afirmam que existem limitações que impedem alguns desses índices de expressar de forma precisa o que realmente ocorre na economia do trabalho. Um exemplo relevante dessas limitações é a informalidade, que atualmente acolhe um número cada vez maior de trabalhadores.

Cacciamali, Silva e Matos (1998) construíram relações diferentes daquelas propostas por Ramos e Freitas (1998) para expressar o desempenho do Sine. Os autores criaram índices para captar o aproveitamento de vagas (colocados via Sine/vagas ofertadas pelo Sine); a coleta de vagas (vagas ofertadas pelo Sine/inscritos no Sine); o aproveitamento de encaminhados (colocados pelo Sine/encaminhados pelo Sine); e a colocação (colocados pelo Sine/inscritos no Sine).

Nota-se, a partir das informações disponibilizadas pelo Sine e pelo Caged, que podem ser construídos vários tipos de relações, os quais assumem significados e interpretações quando analisados intertemporalmente e longitudinalmente. Neste trabalho foram elaboradas quatro relações, algumas delas iguais às de Ramos e Freitas (1998) e Cacciamali, Silva e Matos (1998) e outras diferentes. A intenção, ao elaborar novas relações, não é gerar índices mais eficientes do que os já construídos, mas, fundamentalmente, simplificar e

facilitar análises comparativas entre as regiões do Estado do Paraná, e, a partir delas, extrair evidências sobre o mercado de trabalho no Estado, bem como avaliar o próprio Sine em termos de desempenho.

No presente artigo, o desempenho do Sine é avaliado em função de sua participação no total da intermediação da mão-de-obra no Paraná, e sua eficácia é revelada por sua capacidade de atrair candidatos qualificados e que estejam em condições de ocupar as vagas ofertadas por esse órgão. Desta forma, esse Sistema torna-se fundamental na redução do tempo de procura por trabalho. Estas duas variáveis, desempenho e eficácia, interagem de forma positiva, mas julgamos ser muito difícil captar os seus efeitos individualmente, ou o efeito de sua interação.

Analisar a eficiência do Sine implica conhecer os benefícios do Sistema, dado que há informações somente quanto aos custos de mantê-lo. O Sistema será eficiente quando o custo marginal do serviço público prestado for igual ao benefício marginal. O benefício direto da intermediação de mão-de-obra é a redução do tempo de desemprego dos indivíduos, ou seja, a redução do montante da força de trabalho ociosa, a qual deve ser revertida em aumento do produto nacional, mas esta mensuração esbarra em dificuldades metodológicas e de informação. Os benefícios indiretos estão ligados aos programas de requalificação profissional, pois o Sine é uma fonte de dados sobre o perfil dos trabalhadores que estão à procura de emprego.

As relações construídas neste trabalho estão baseadas, fundamentalmente, no número de vagas ofertadas pelo Sine, pois este número demonstra a confiabilidade das empresas no Sistema. Como foi analisado anteriormente, uma série de argumentos fortalece que o mercado de trabalho estaria passando por restrições do ponto de vista da oferta de trabalho. De modo geral, há uma pressão de demanda por postos de trabalho formal, sendo que, quanto mais vagas forem ofertadas, maiores serão as possibilidades de equilibrar esse mercado. Considerando essa argumentação, as seguintes relações são estudadas neste trabalho: número de indivíduos inscritos no Sine/vagas ofertadas pelo Sine; encaminhados às empresas pelo Sine/vagas ofertadas pelo Sine; e colocados pelo Sine/vagas ofertadas pelo Sine. Estes índices são construídos para dez regiões do Estado do Paraná, nas quais estão instalados os escritórios regionais do Sistema. A relação colocados via Sine/admitidos segundo o Caged foi analisada como um indicativo de desempenho do Sine, pois caso esteja crescendo a sua participação no mercado de trabalho para diminuir o desemprego friccional, estará aumentando o seu desempenho. A relação inscritos no Sine/desligados segundo o Caged não foi considerada na análise porque produz um índice extremamente impreciso. Os trabalhadores que são desligados das empresas podem retornar ao mercado de trabalho por via da informalidade, ou mesmo tornar-se trabalhadores por conta própria. Por outro lado, o trabalhador inscrito no Sine pode ser um jovem que esteja entrando no mercado de trabalho, ou um indivíduo desejoso de sair da informalidade.

5 A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO NO PARANÁ

O Sine foi criado em 1975 com o objetivo de intermediar a mão-de-obra e registrar um sistema de pesquisa e informações sobre o mercado de trabalho, bem como orientar projetos de emprego e renda. A operacionalidade do Sine e sua manutenção

eram feitas através de incentivos do governo federal. Efetivado em 1977, esse sistema marcou presença nos primeiros anos, mas na seqüência sofreu longo período de descontinuidades administrativas, seja pelo abandono por parte do governo federal, seja pela desatenção por parte do governo estadual, que considerava o programa de exclusiva responsabilidade federal.

Em 1989, no auge do período de crise da economia, em razão da inflação acelerada, o Estado do Paraná, por meio da então Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, absorveu o pessoal que prestava serviços para o Sine integrando-o ao quadro de pessoal do Estado e passou a assumir as despesas de manutenção das agências existentes no interior do Estado e na própria capital. Mesmo assim, o programa continuou sem vinculação institucional definida e, portanto, sem recursos federais ou estaduais que viabilizassem a adequação das necessidades decorrentes do agravamento da crise social, devido ao processo de modernização da economia, que exigia o aperfeiçoamento dos seus serviços.

Em conseqüência da situação descrita, esse programa tornava-se cada vez mais insignificante em face das demandas do mercado de trabalho, pois a estrutura das agências implantadas encontrava-se cada vez mais fragilizada, os poucos equipamentos que havia estavam se tornando obsoletos e os procedimentos adotados eram inadequados. Diante da escassez de recursos para a área do trabalho e com o Governo do Estado do Paraná decidido a não contratar novos servidores, em fevereiro de 1993 deu-se início à reestruturação das agências do Sine, por meio do sistema de parcerias com prefeituras municipais, sindicatos de trabalhadores, associações comerciais e industriais, universidades e outros, cabendo a cada parceiro, conforme suas possibilidades e mediante convênio, a cessão de espaço físico, pessoal, equipamentos ou manutenção, auxiliando, assim, na manutenção dessas agências.

Desse modo, as agências responsáveis pela execução do programa foram sendo reativadas e, no final de 1993, os recursos do Convênio MTB/SPES/Codefat/93 (Ministério do Trabalho/Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), somados aos do Convênio/94, possibilitaram a reestruturação do Sine no Paraná, de maneira que, em 2002, havia 117 agências ativas instaladas em todo o Estado paranaense.

Instituído pelo Decreto Estadual nº 4.268, de 22 de novembro de 1994, o Conselho Estadual do Trabalho é um colegiado de caráter permanente e deliberativo, composto de forma tripartite e paritária por representantes estaduais de entidades de trabalhadores, empregadores e poder público, vinculado à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. Este Conselho tem por finalidade precípua estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de emprego e relações de trabalho, bem como acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹.

A prioridade à questão do emprego, assumida pelo governo estadual em meados da década de 90, motiva a criação de uma Secretaria voltada exclusivamente ao

¹O FAT é um programa regulamentado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, por força do artigo 239 da Constituição Federal, sendo um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, que compreende ações integradas de pagamento do benefício de seguro-desemprego, qualificação profissional, orientação e intermediação ao emprego.

desenvolvimento de políticas públicas do Trabalho, a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), que implantou um Sistema Público de Emprego, operacionalizando-o por meio de cinco Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra (CIM); Coordenadoria de Seguro-Desemprego (CSD); Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda (CGE); Coordenadoria de Formação Profissional (CFP); e Universidade Livre do Trabalho (ULT), criadas em sua estrutura central. Além disso, a SERT contava ainda com dezessete escritórios regionais espalhados por todo o Paraná.

6 INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NO ESTADO DO PARANÁ

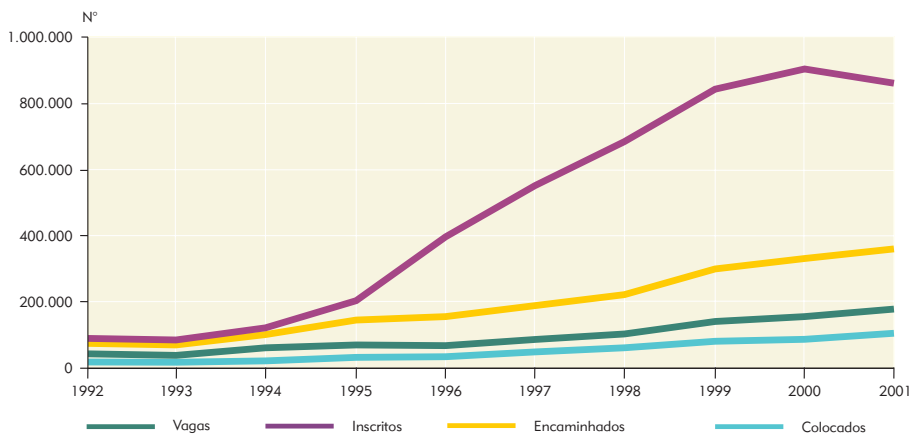
6.1 SINE DO PARANÁ

A variação do total de trabalhadores inscritos, colocados e encaminhados às empresas, além das vagas ofertadas pelas empresas no Sine do Paraná no período de 1992 a 2001, são apresentadas no gráfico 2, a seguir. Observa-se que somente a partir de 1994 ocorre o crescimento destas quatro variáveis, crescimento que se acentua nos anos posteriores a 1998. Das quatro variáveis esboçadas no gráfico, a que mais se destacou em termos de crescimento foi o número de inscritos, mas a variável de número de encaminhados também seguiu uma tendência de incremento, embora em menor intensidade. Essa semelhança entre as tendências destas duas variáveis deve-se à forte associação existente entre elas, enquanto o comportamento das mesmas foi fortemente influenciado pelo desemprego da economia nacional, que apresentou dois períodos de altos patamares de crescimento, um deles em 1994, e outro, não tão acentuado, em 1998. Outros dois aspectos relevantes são o grau de organização do serviço de intermediação da mão-de-obra no Estado do Paraná, que melhorou muito nos últimos anos da década de 90, e a ampliação dos postos de atendimento do Sine. Com isso, possibilitou-se aumentar tanto a eficiência como a eficácia na utilização do serviço, o que acabou refletindo no grau de confiabilidade dos agentes no Sine.

As transformações na estrutura produtiva do Estado do Paraná também contribuíram para o aumento dos inscritos no Sine. As mudanças nas bases tecnológicas no setor agropecuário vêm reduzindo as ocupações agrícolas, aumentando a pressão de oferta de mão-de-obra de baixa qualificação sobre o mercado de trabalho urbano. Contudo, embora o acelerado crescimento de alguns setores industriais abra novos postos de trabalho, estes são insuficientes, pelo menos para atender a este tipo de demanda gerada pelos inscritos no Sine.

O número de vagas teve um crescimento mais lento, refletindo a baixa confiabilidade dos empregadores no Sistema, e, conseqüentemente, limitando a sua eficiência. Quando as empresas não acreditam que o perfil dos postos oferecidos será contemplado pelos candidatos inscritos no Sine, recorrem ao recrutamento direto ou utilizam as agências privadas de emprego. Quando esta falta de confiabilidade é muito intensa, pode gerar subutilização das agências do Sine, reduzindo ainda mais sua eficiência. Naturalmente, o reduzido número de postos de trabalho ofertados está associado à crise geral do mercado de trabalho formal.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELAS EMPRESAS E DE TRABALHADORES INSCRITOS, COLOCADOS E ENCAMINHADOS ÀS EMPRESAS PELO SINE, NO PARANÁ - 1992-2001



FORNTE: SERT - PR

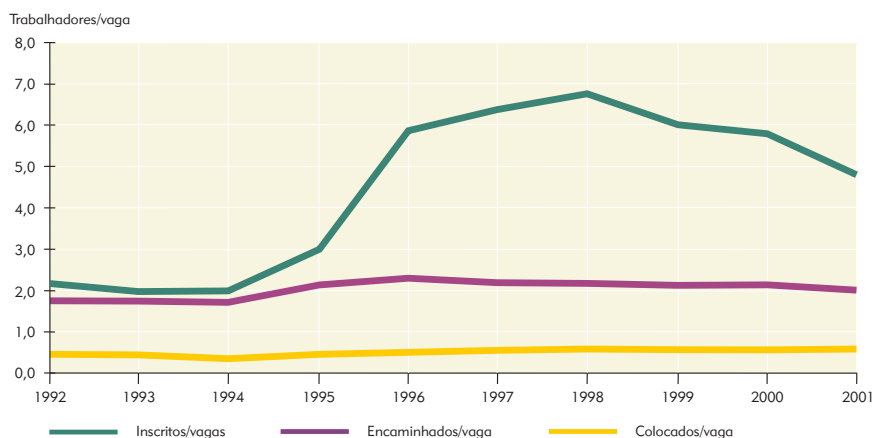
NOTA: Elaboração dos autores.

A partir do gráfico 2 pode-se perceber que, por serem variáveis fortemente associadas, o volume de encaminhados, de colocados e de vagas cresceu quase paralelamente. Observa-se, ainda, que nos últimos dois anos de análise (2000 e 2001), quando o número de inscritos diminuiu, as demais variáveis continuam crescendo, o que revela o aumento da eficácia do sistema em termos de ocupar todas as vagas oferecidas. Conclui-se, a partir daí, que provavelmente a qualificação dos indivíduos que procuram o Sine deve estar aumentando.

A relação inscritos/vaga, demonstrada pelo gráfico 3, apresenta grandes flutuações: até 1994 esta relação permaneceu estável; já em 1995 e 1996 houve um crescimento expressivo; e a partir de 1998 decresce. O maior valor médio da relação inscritos/vaga, cerca de sete, em 1998, teve como contraste o número médio de encaminhados/vaga um pouco superior a dois. Portanto, cerca de quatro candidatos não foram considerados aptos pelo Sine para os postos de trabalho oferecidos, mostrando uma discrepância entre a oferta e as necessidades da demanda de postos por trabalho dentro do Sine. Em certa medida isto refletiu a situação de empregabilidade na economia do Paraná e brasileira, tal como argumenta Pastore (1998), em que os trabalhadores não estão adequadamente preparados para atender às necessidades do mercado, fortalecendo o desemprego friccional.

No gráfico 4 observa-se que, em termos globais, no setor formal da economia paranaense, a contribuição do Sine é crescente, representando cerca de 15% dos admitidos em 2001. Assim, não se pode considerar este grau de participação da intermediação da mão-de-obra pública como muito expressivo. No entanto, estes valores demonstram um desempenho satisfatório do Sine do Paraná, evoluindo positivamente no período analisado (1997-2001).

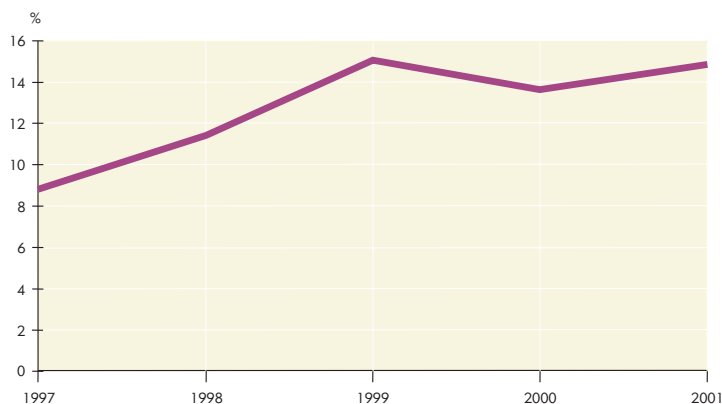
GRÁFICO 3 - MÉDIA DE TRABALHADORES INSCRITOS, COLOCADOS E ENCAMINHADOS ÀS EMPRESAS POR VAGA OFERECIDA E REGISTRADA PELO SINE, NO PARANÁ - 1992-2001



FONTE: SERT - PR

NOTA: Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES FORMAIS ADMITIDOS POR INTERMÉDIO DO SINE, NO PARANÁ - 1997-2001



FONTES: SERT - PR, MTE-Caged

NOTA: Elaboração dos autores.

6.2 ANÁLISE REGIONALIZADA DO SINE PARANÁ

6.2.1 CARACTERÍSTICAS DAS REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ²

Observando-se as características socioeconômicas de cada região paranaense verifica-se a heterogeneidade do Estado, o que, por sua vez, influencia o mercado de trabalho e o desempenho e eficiência do Sine. Com a finalidade de caracterizar as regiões de que fazem parte os pólos regionais do Sine do Paraná, o Estado foi dividido em dez

²Esta seção foi baseada na publicação *Redes urbanas regionais: Sul* (IPARDES, 2000).

regiões, segundo os critérios considerados na publicação da pesquisa Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPARDES, 2000), contemplando uma ou duas cidades-pólos definidas pelo Sine, conforme ilustra a figura 1.

FIGURA 1 - MAPA DAS REGIÕES E SUAS CIDADES-PÓLOS NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: SERT (2002)

Um dos fatores de maior influência na caracterização dessas regiões é a presença de movimentos migratórios que contribuem para o esvaziamento ou aumento do contingente populacional de cada uma delas. Embora o volume desses movimentos venha perdendo força ao longo dos anos, continuam causando inúmeras mudanças nas características de cada uma dessas regiões, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. Os principais fluxos presenciados no estado paranaense são de caráter interestadual e intra-estadual, com destaque para este último.

Dentro do Estado as migrações assumem direcionamentos diferenciados, mas o fluxo de maior intensidade é o de origem rural com destino urbano. A região metropolitana, por exemplo, atraiu o equivalente a 32,4% de um total de 1.852.619 imigrantes no Estado entre os anos de 1986 e 1996, o que representa 600.830 pessoas. Destas, cerca de 429.737, ou seja, 71,5%, são imigrações de caráter intra-estadual; analisando-as, vemos ainda que, de 1.349.535 migrantes, cerca de 31,8%, ou seja, 429.737 pessoas, migraram para a região metropolitana (DESCHAMPS; KLEINKE; MOURA, 1999).

A seguir são comentadas algumas das características mais relevantes das regiões na determinação da estrutura do mercado de trabalho regional.

A **região Noroeste Paranaense**, composta pelos pólos de Paranaíba e Umuarama, vem perdendo sua população, em decorrência principalmente das mudanças

nas atividades da base produtiva rural, com a erradicação da cultura cafeeira, que utilizava intensivamente a mão-de-obra e atualmente cede espaço às pastagens. Trata-se de uma região de base agropecuária e os padrões de desenvolvimento não vêm garantindo a capacidade de sustentação da população por seus centros, inserindo-se na espacialidade de esvaziamento.

O **Centro-Ocidental Paranaense**, onde se encontram os pólos de Campo Mourão e Ivaiporã, também apresenta altas taxas de evasão populacional, sendo a região de menor crescimento populacional no Estado. Tal comportamento é resultado de mudanças que vêm ocorrendo na base produtiva rural. Atualmente, é uma das mais importantes regiões produtoras de soja e trigo e apresenta redução de área plantada de café e algodão, caracterizando-se pela elevada presença de pequenos produtores, principalmente da cultura de algodão, com fraca possibilidade de retenção populacional e restrita capacidade de ampliação na oferta de emprego.

No **Norte-Central Paranaense**, composto pelos pólos de Londrina e Maringá, evidencia-se uma diversidade industrial relativamente grande, porém pautada nos gêneros mais tradicionais, tais como: mobiliário, confecção, alimentos e têxtil, sendo o segmento do café solúvel o mais dinâmico, seguido por laticínios e frigoríficos. Ao considerar a estrutura ocupacional dos municípios com menor grau de urbanização, o emprego está majoritariamente no setor agropecuário e, no âmbito de suas atividades urbanas, no terciário. Contudo, nesta região consolidou-se um complexo urbano, cuja dinâmica vem garantindo sustentação dos centros urbanos inseridos nessa capacidade e absorvendo a evasão do Interior.

O **Norte-Oriental Paranaense**, que contempla o pólo de Ponta Grossa, tem elevada participação na indústria metalúrgica e na mecânica, sendo os únicos gêneros que integram a dinâmica moderna da indústria, pois sua especialidade é a fabricação de implementos agrícolas. A produção agrícola de soja, milho e trigo são as mais elevadas do Estado, além da produção leiteira. Esta região também apresenta esvaziamentos populacionais e aglomeração descontínua, apesar de sua localização estratégica que integra o eixo de maior complexidade do Estado, unindo a região Oeste Paranaense ao Porto de Paranaguá, passando pela aglomeração de Curitiba.

O **Oeste Paranaense** contempla as cidades-pólos de Foz do Iguaçu e Cascavel, sendo considerados centros urbanos de média dimensão. Caracteriza-se pela especialização na produção de grãos, possuindo as maiores participações no valor de produção agrícola e pecuária. A região especializa-se na produção de aves, suínos e leite, com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, apresentando o maior grau de concentração de atividades na agroindústria do Estado. Os municípios lindeiros têm sua estrutura fortalecida pelos repasses dos *royalties*, compensação financeira pelas terras alagadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na cidade de Foz do Iguaçu.

No **Sudoeste Paranaense** localizam-se as cidades-pólos de Pato Branco e Francisco Beltrão, sendo o seu perfil econômico especializado na produção agropecuária de numerosos pequenos e médios produtores, diversificados e com utilização intensiva de mão-de-obra familiar. Produz com grande desvantagem, já que seu relevo é mais acidentado e seu clima mais frio. É uma das regiões que mais produzem aves e, em menor escala, suínos e leite. Além de possuir uma das menores participações na indústria

paranaense de transformação, esta região também apresenta baixo grau de urbanização na maioria de seus municípios, mostrando alto grau de esvaziamento, porém com áreas urbanas ainda absorvendo os fluxos rurais próximos.

No **Centro-Sul Paranaense** está o pólo de Guarapuava. A região é formada por campos naturais e se caracterizou até os anos 80 pela pecuária extensiva e pelas reservas naturais de madeira em grandes propriedades. Seu ritmo de crescimento econômico é expressivo e revela capacidade de acompanhar as mudanças da base produtiva. A industrialização permanece centrada na indústria de madeira. Com baixo grau de urbanização e elevado contingente de população rural, está começando a apresentar sinais de evasão, com tendência a se acentuar devido à fraca dinâmica econômica de seu interior.

O **Norte Pioneiro**, tendo como pólos as cidades de Cornélio Procopio e Jacarezinho, apresenta um dos menores mercados formais da indústria de transformação do Estado, sendo que sua mão-de-obra concentra-se no gênero de alimentos, seguido pelo têxtil e madeireiro. Esta região está inserida na espacialidade de esvaziamento, não havendo nenhum fator que modere ou reverta esse processo. As características de sua base produtiva e a restrita perspectiva de investimentos indicam que sua condição de esvaziamento tende a perdurar nas áreas rurais, atingindo os núcleos urbanos.

O **Sudeste Paranaense**, composto pelo pólo de União da Vitória, apresenta grande estabilidade no que se refere ao crescimento populacional. Mostra fraca urbanização e é economicamente frágil, por se basear em atividades pouco competitivas, começando a dar sinais de um esgotamento que incita lento movimento migratório rural em direção a suas áreas urbanas, bem como contínua imigração seletiva para outras regiões. Sua capacidade de sustentação da população encontra limites no tipo de atividade econômica que desenvolve.

Finalmente, a **Região Metropolitana de Curitiba** é a única a apresentar crescimento desde a década de 1980. Concentra 1/3 de população paranaense e manifesta fortes indicativos de continuidade. Embora com diversidade em sua paisagem, é comandada por um processo de intenso crescimento, que, diferentemente das demais regiões paranaenses, decorre de atividades dos segmentos modernos de produção.

6.2.2 ANÁLISE DOS PÓLOS REGIONAIS DO SINE

O gráfico que se segue mostra o comportamento das variáveis inscritos/vaga, encaminhados/vaga e colocados/vaga das dez regiões do Estado do Paraná. As variáveis apresentam os mais diversos comportamentos, conforme alguns determinantes e particularidades de cada região. Naturalmente, todas as regiões são influenciadas pela atuação dos escritórios regionais do Sine, os quais não podem ser captados na análise destas relações.

As regiões Noroeste, Centro-Occidental, Centro-Oriental e Norte Pioneiro Paranaense apresentaram, no período analisado, uma tendência de redução da relação inscritos/vaga, pois são regiões caracterizadas por esvaziamento populacional e, algumas delas, por baixos níveis de atividades econômicas. As regiões Sudoeste e Sudeste também poderiam ser incluídas neste grupo, apesar de apresentarem comportamento diferenciado no número de inscritos/vaga, pois em termos de atividades econômicas possuem características semelhantes às das demais regiões deste grupo.

A atividade predominante neste grupo é a agropecuária, sendo que ao longo da década de 90 este grupo de regiões apresentou reorganização espacial da produção agrícola, tais como algodão e café, bem como a cana-de-açúcar, culturas que reduziram significativamente a área de cultivo, sendo substituídas principalmente pela soja, que é uma atividade mecanizada em todas as suas etapas, portanto com baixa absorção de mão-de-obra. Os trabalhadores ocupados nestas atividades tiveram de mudar de setor, do agropecuário para o urbano-industrial, abrindo espaço para a atuação da intermediação de mão-de-obra, ou mesmo emigraram para outras regiões.

Com o funcionamento das agências de forma mais organizada no início da década de 90, a mão-de-obra desocupada, oriunda principalmente da agricultura, provavelmente utilizou-se intensamente do sistema público de emprego, gerando uma pressão de oferta de trabalho, o que resultou em altos patamares na relação inscritos/vaga. Nos períodos iniciais da análise o número de inscritos aumentou muito mais que o número de vagas, mas para os anos seguintes verifica-se uma tendência acentuada de redução nas regiões Centro-Oriental, Norte Pioneiro e Centro-Occidental. Por outro lado, o número de vagas cresceu no Estado como um todo, mas não em ritmo intenso o bastante que pudesse gerar um decréscimo abrupto da relação inscritos/vaga. A ausência de qualificação profissional dificulta a colocação dos trabalhadores que procuram o serviço do Sine e cria mecanismos que reduzem a confiabilidade dos que aí procuram um posto de trabalho, fazendo com que o desalento reduza as perspectivas deste grupo de trabalhadores menos qualificados de encontrar emprego formal por meio do sistema público. Além disso, provavelmente grande parcela da mão-de-obra rural que perdeu o posto de trabalho se acomodou em atividades informais, ou mesmo emigrou para outras regiões, tal como sugerem as descrições do item anterior.

As demais regiões (Norte Central, Oeste, Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba) apresentaram, de modo geral, grandes flutuações na relação inscritos/vaga, havendo inclusive leve tendência de decréscimo, mas claramente menos acentuada comparativamente com as regiões discutidas anteriormente. De modo geral, este grupo apresenta um dinamismo econômico mais vigoroso, resultando em baixíssima taxa de esvaziamento demográfico. Esta situação se reflete em um mercado de trabalho mais dinâmico e na intermediação da mão-de-obra, tanto do ponto de vista do crescimento de inscritos quanto do crescimento de vagas ofertadas via Sine.

A relação encaminhados/vaga apresenta praticamente os mesmos valores para todas as regiões do estado paranaense, indicando cerca de dois encaminhados por vaga, com poucas variações. Já a relação colocados/vaga mostra que as regiões mais dinâmicas do Estado, como a Norte Central e a Metropolitana de Curitiba, com exceção da região Oeste, detêm os mais baixos índices. Esta situação pode estar fortemente associada à baixa qualificação dos inscritos para as vagas ofertadas pelo Sistema, ou, também, estar relacionada ao fato de os trabalhadores mais qualificados procurarem emprego diretamente nas empresas ou nos serviços privados de recrutamento. Por outro lado, as empresas tendem a apresentar um comportamento similar, ou seja, para os postos de trabalho mais qualificados fazem recrutamento direto ou terceirizam para empresas privadas. No entanto, mesmo supondo que esta situação seja bastante representativa no mercado de intermediação, não anula o aspecto da falta de qualificação da mão-de-obra, que agrava o problema do desemprego friccional.

Observa-se, na tabela 1, que a participação dos trabalhadores formais admitidos por intermédio do Sine é mais expressiva nas regiões Centro-Oriental, Norte Pioneiro e Sudoeste, mesmo que estas três regiões estejam entre as menos dinâmicas do Estado, o que evidencia um papel bastante ativo do Sistema, traduzindo-se em um desempenho muito superior à média do Estado (ver gráfico 4), sendo que, possivelmente, um dos fatores que mais contribuíram para este desempenho foi a abertura de novas agências nessas regiões. No outro extremo está a região Metropolitana de Curitiba, que, frente à sua elevada e influente participação no mercado de trabalho paranaense, não participou com mais que 9% dos trabalhadores admitidos no mercado formal do Estado via Sine, mostrando que esta região provavelmente contribuiu para que o desempenho global no Estado fosse mais restrito. As demais regiões situam-se em uma posição intermediária a estas duas situações.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES FORMAIS ADMITIDOS POR INTERMÉDIO DO SINE SEGUNDO A REGIÃO, NO PARANÁ - 1997- 2001

REGIÃO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Centro-Oriental	15	28	35	34	36
Centro-Occidental	8	19	18	18	17
Centro-Sul	20	26	24	21	21
Metropolitana de Curitiba	7	7	7	7	9
Noroeste	9	16	25	19	22
Norte Central	7	11	15	12	13
Norte Pioneiro	18	23	34	31	38
Oeste	11	12	15	15	15
Sudeste	7	6	19	30	16
Sudoeste	23	25	57	52	49

FONTES: Sine-PR, MTE-Caged

NOTA: Elaboração dos autores.

Na tabela 2 são apresentados os dados do desempenho do Sine para as regiões Agroindustrial³, Centro-Oriental⁴, Norte Central e Metropolitana. Esta última região teve um vigoroso crescimento econômico nos últimos anos, com a instalação de novas plantas industriais, abrindo, conseqüentemente, novos postos de trabalho. No entanto, a participação relativa de vagas foi se reduzindo em todo o período analisado (1992 a 2001), caindo de 70%, em 1992, para apenas 39%, em 2001, tendo se reduzido, também, a participação relativa de colocados. Por outro lado, a participação de inscritos não se alterou expressivamente, passando de 53%, em 1992, para 49%, em 2001, o que evidencia que o interesse relativo dos demandantes por postos de trabalho não se modificou. Contudo, o interesse ou confiabilidade dos ofertantes devem ter diminuído, pois houve uma certa

³Corresponde ao conjunto das regiões: Noroeste, Centro-Occidental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Norte Pioneiro e Sudeste do Paraná, as quais têm a dinâmica econômica centrada principalmente nos setores agropecuário e agroindustrial.

⁴A região Centro-Oriental é analisada separadamente devido à forte presença do setor metal-mecânico concentrado no município de Ponta Grossa, tanto que Rolim (1995) inclui esse município na grande região com a dinâmica não ligada ao agronegócio.

redução em relação às outras regiões. Os novos postos de trabalho oferecidos ao longo da década de 1990 não eram ocupados, pois estavam associados, provavelmente, a atividades mais intensivas em tecnologia, o que reduz a confiabilidade no Sistema, como foi analisado anteriormente. Esta situação evidencia dificuldades de empregabilidade da mão-de-obra da Região Metropolitana de Curitiba.

Na outra ponta desta análise está a região Agroindustrial, com participação crescente em vagas ofertadas e colocações. Em 1992, esta representou cerca de 22% das colocações; já em 2001 representava 49% das colocações realizadas pelo Sine no Estado do Paraná. Nota-se que nesta região, assim como nas demais, o número relativo de inscritos não apresentou mudanças relevantes no período analisado.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELAS EMPRESAS, DE TRABALHADORES INSCRITOS, COLOCADOS E ENCAMINHADOS ÀS EMPRESAS, SEGUNDO AS REGIÕES, NO PARANÁ - 1992-2001

ANO	DISTRIBUIÇÃO (%)															
	Região Agroindustrial ⁽¹⁾				Região Centro-Oriental				Região Norte Central				Região Metropolitana			
	Insc.	Vag.	Enc.	Col.	Insc.	Vag.	Enc.	Col.	Insc.	Vag.	Enc.	Col.	Insc.	Vag.	Enc.	Col.
1992	28	16	20	22	6	1	1	1	16	14	14	15	53	73	70	65
1993	27	15	16	17	7	1	1	2	19	15	15	15	49	74	72	72
1994	30	19	21	24	6	1	1	2	18	15	11	11	47	70	69	63
1995	29	21	20	27	8	3	3	2	21	15	14	13	45	65	67	61
1996	24	23	22	26	6	4	5	4	18	17	17	13	55	60	61	60
1997	32	35	29	46	5	4	5	6	15	15	18	15	49	47	50	34
1998	31	35	31	43	5	6	6	9	17	18	20	21	50	45	45	29
1999	28	39	35	49	4	6	5	8	17	21	21	22	54	37	42	22
2000	27	36	33	50	5	6	5	8	18	18	22	18	53	43	43	25
2001	30	38	33	49	6	6	5	7	17	18	20	17	49	39	45	29

FONTE: SERT-PR

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) Corresponde ao conjunto das regiões: Noroeste, Centro-Ocidental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Norte Pioneiro e Sudeste do Paraná, as quais têm a dinâmica econômica centrada principalmente nos setores agropecuário e agroindustrial.

Na região Norte Central, a participação de colocados via Sine no total do Estado se manteve relativamente estável, diferenciando-se do comportamento da região Metropolitana de Curitiba e aproximando-se da região Agroindustrial. De fato, a região Norte Central apresenta um parque agroindustrial desenvolvido e forte vínculo com a produção agropecuária.

De modo geral, com a intensa mecanização das atividades agropecuárias, ou mesmo com a substituição das culturas não mecanizadas, houve um estímulo para o esvaziamento das zonas rurais e o crescimento da urbanização, gerando o aumento dos serviços e atividades urbanas, pois vários municípios da região Agroindustrial são bastante dinâmicos, o que gera um efeito multiplicador em outros ramos de atividade. Além disso, os postos de trabalho ofertados a princípio são de ocupações de menor complexidade laboral em relação à região Metropolitana, os quais podem ser ocupados por mão-de-obra que tenha em média menos qualificação, permitindo maior mobilidade entre os setores. De qualquer forma, apesar da empregabilidade da região do agronegócio apresentar melhores condições do que a região Metropolitana, sendo expressa pela relação

colocados/vaga e pela mudança da participação relativa do desempenho do Sine, não se pode afirmar que o problema de empregabilidade deixa de existir nesta região.

Embora a região Centro-Oriental possua um parque industrial com certa complexidade, concentra-se apenas no município de Ponta Grossa, não influenciando em um comportamento diferenciado em termos de desempenho do Sine.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o desempenho do Sine do Paraná entre os anos de 1992 e 2002. Neste período, o Estado apresentou grandes transformações na base produtiva; os setores serviço e industrial aumentaram as suas participações no produto do Estado, em detrimento do setor agropecuário, que ainda mantém fortíssima presença na economia paranaense. Nesse contexto, o Estado organizou o sistema público de emprego e, em particular, o serviço de intermediação de mão-de-obra.

Os resultados apontam que, para a região Metropolitana de Curitiba, o desempenho do Sine não pode ser considerado mais do que satisfatório. Por outro lado, para as regiões do Interior do Estado o desempenho do Sistema pode ser considerado bom, especialmente para três regiões pouco dinâmicas (Centro-Oriental, Norte Pioneiro e Sudoeste). No cômputo geral, a intermediação da mão-de-obra pública no Estado do Paraná pode ser considerada satisfatória, do ponto de vista mais particularizado está sendo mais importante para as regiões do Interior do Estado, ou seja, a região do agronegócio, e novamente no aspecto mais amplo, o de sistematização de dados sobre o trabalhador desempregado, o Sine é um programa público fundamental, pois gera informações essenciais para ampliar as ações do sistema público de emprego.

As vagas oferecidas pelas empresas via Sine não foram preenchidas por vários motivos, dentre eles a falta de perfil dos candidatos encaminhados, que se traduz na baixa qualificação dos trabalhadores que procuram este tipo de serviço. Efetivamente, contudo, esta situação reflete a pouca qualificação da mão-de-obra como um todo no Estado do Paraná e no Brasil. Desta forma, revela-se um problema de empregabilidade, sobretudo nas regiões mais dinâmicas do Estado do Paraná, a exemplo da região Metropolitana. Já o Norte Central, cuja dinâmica agroindustrial é predominante, não apresentou grandes flutuações nos indicadores do Sine, com apenas uma leve tendência de crescimento da sua participação, indicando uma situação melhor de empregabilidade, comparativamente à região Metropolitana. Por outro lado, na região Agroindustrial, com dinâmica voltada para o agronegócio, o problema de empregabilidade é menos acentuado.

Os diagnósticos feitos aqui sugerem a pertinência de intensificar as políticas de formação e reciclagem para reduzir o desemprego, principalmente nas regiões mais dinâmicas do Paraná. No entanto, a evolução tecnológica da grande região Agroindustrial não pode ser ignorada, sendo necessário investir em qualificação, no sentido de evitar uma crise de empregabilidade em dimensões como as sugeridas para as regiões com dinâmica urbano-industrial.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, B.; RAMOS, C. A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n.12, p.91-116, jun./dez. 1996.
- BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. **A estrutura do desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 478).
- CACCIAMALI, M. C.; SILVA, G. B.; MATOS, F. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, M. A. **Reforma do estado: políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. p.125-168.
- DESCHAMPS, M. V.; KLEIKE, M. L. U.; MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.27-50, 1999.
- IPARDES. **PIB do Paraná**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/ipardes/> Acesso em: 26 ago. 2003.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?80851203. Acesso em: 2003.
- LACERDA, A. C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- PASTORE, J. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Markron Books, 1998.
- PEREIRA, L. B. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RAGGIO, N. Z. Emprego. In: IPARDES. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 50-62.
- RAMOS, C. A.; FREITAS, P. S. Sistema público de emprego: objetivos, eficiência e eficácia. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 17, p.59-103, jun. 1998.
- ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.86, p.49-99, set./dez. 1995.
- SINGER, P. I. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- TAYLOR-GOOBY, P. Welfare, hierarquia e a "nova direita" na era Thatcher. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.24, p.165-187, set. 1991.
- VALLE, B. Políticas do mercado de trabalho no Brasil: a experiência do PROGER. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Reforma do estado e política de emprego no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1998. p.225-246.
- VASCONCELOS, J. R. de; CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimento nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 624).